



DATA VENIA é a revista eletrônica do Curso de Relações Internacionais do Centro Universitário Belas Artes de São Paulo. De periodicidade trimestral, seu conteúdo não necessariamente coincidirá com o pensamento da FEBASP, mantenedora desta Instituição, mas será de inteira responsabilidade dos autores que subscreverão suas respectivas matérias.

As colunas serão alimentadas pelos professores do Curso, contando-se também com a colaboração do alunado, da Comunidade Febasiana como um todo, e apenas marginalmente, ocorrerá a participação de colaboradores externos à Instituição.

Além de divulgar as notícias relacionadas ao Curso, as matérias publicadas reportar-se-ão às sociedades nacional e internacional, através de textos inéditos e não muito extensos, acolhendo-se também material redigido nos idiomas inglês e espanhol.

O conteúdo divulgado em DATA VENIA pautar-se-á pelo balizamento ético e pluralismo das idéias, as quais autoriza-se sua reprodução por quaisquer meios desde que se mencione suas respectivas fontes.

Editorial

ONU – novos atores, novos temas e antigas estruturas

Sessenta anos depois da Conferência em São Francisco(1) e passados 50 anos da Conferência de Bandung(2), o mundo assistiu, entre os dias 14 e 16 de setembro, à Cúpula Mundial (World Summit) 2005, conhecida também como Cúpula do Milênio + 5. Havia grande expectativa em torno do evento, em primeiro lugar do próprio Secretário-Geral da ONU, que anunciara um clima de otimismo e renovação parecido com o de São Francisco. Porém, passado o momento tão esperado, ficou uma sensação de que tudo permanece igual. Foram marcantes as declarações de Kofi Annan, que, ainda na véspera, fez um apelo moral ao afirmar que a Cúpula Mundial seria uma oportunidade que só aparece uma vez em cada geração (‘once-in-a-generation opportunity’) e recomendar que o mundo se juntasse para tomar decisões em relação às graves ameaças globais que exigem soluções globais contundentes. “Uma oportunidade para a humanidade.”

Divulgada como a maior reunião de dirigentes mundiais da história – com cerca de 150 chefes de Estado – ela daria continuidade a uma história iniciada há mais tempo. As grandes conferências da ONU da década de noventa ajudaram a criar uma visão global de desenvolvimento e resultaram na Declaração do Milênio, no Consenso de Monterrey e no Plano de Ação de Johannesburgo. Foi em setembro de 2003 que o Secretário-Geral da ONU, Kofi Annan, anunciou a convocação de um painel de alto nível para elaborar propostas para tornar a ONU mais efetiva com o propósito de levar essa agenda adiante. Ele mesmo lançou, em março de 2005, o documento que serviu para orientar as discussões: “Em liberdade mais ampla – Desenvolvimento, Segurança e Direitos Humanos para Todos”.

O ponto de partida foi a idéia da existência de um consenso: a ONU precisa adaptar-se para satisfazer as necessidades da geopolítica e dos desafios mundiais dos nossos dias. A estrutura do processo decisório do Conselho de Segurança, por exemplo, está ultrapassada, pois reflete a realidade do pós-Segunda Guerra Mundial. Ainda mais considerando a expansão das suas funções, assumindo tarefas legislativas em matérias como terrorismo e proliferação de armas de destruição em massa, o que questiona ainda mais a sua legitimidade e o desequilíbrio da sua atual composição.

A proposta era juntar as várias peças da mudança possível e necessária: a mobilização na luta contra a fome e a pobreza extrema – com ênfase na avaliação da implementação dos Objetivos do Milênio formulados em 2000 -, a reforma institucional da ONU – com destaque para o Conselho de Segurança, mas também para a Comissão de Direitos Humanos e o Conselho

Econômico e Social (ECOSOC) – e a agenda de segurança mundial, considerando particularmente as ameaças de atentados terroristas e a proliferação de armas nucleares. A idéia chave: não pode haver desenvolvimento sem segurança, segurança sem desenvolvimento e nenhum deles sem aplicação e proteção dos direitos humanos.

O que predominou nos comentários públicos após o término da Cúpula foi a idéia de fracasso. Não poderia ser diferente se olharmos a Cúpula como evento isolado. Mas se considerarmos a crescente preocupação com a falta de governança global diante dos desafios, entendendo, portanto, a Cúpula como parte de um processo, o quadro muda.

Dois aspectos desse processo são objetos deste editorial: em primeiro lugar a pauta do desenvolvimento e a agenda de combate à fome e à extrema pobreza e, em segundo, o surgimento da sociedade civil mundial de forma atuante.

Houve uma intensa mobilização para a agenda de combate à fome e à extrema pobreza e, no âmbito mais geral, a agenda do desenvolvimento. Um avanço significativo foi feito com a Declaração do Milênio de 2000, que estabeleceu as bases para definir uma agenda mundial comum: os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Oito objetivos básicos a serem atingidos até 2015, cada um especificado em metas quantitativas e, portanto, de fácil verificação⁽³⁾. Na verdade, os objetivos são uma síntese minimalista dos compromissos assumidos pelos governos nas grandes conferências temáticas da ONU dos anos 90.

Em seguida, a Cúpula de Monterrey, de 2003, havia identificado com clareza os obstáculos para que os países cumpram os Objetivos do Milênio. Entre eles, os efeitos concentradores do sistema de comércio internacional, o peso das dívidas externas – que provoca um fluxo de recursos dos países pobres para os países ricos – e a falta de financiamento dirigido para o desenvolvimento, em particular devido ao não cumprimento dos compromissos assumidos pelos países ricos de destinar 0,7% do seu PIB à cooperação internacional⁽⁴⁾.

Em outras palavras: a agenda para o desenvolvimento pede progressos na diminuição da dívida, liberalização do comércio, aumento da ajuda para revitalizar a infra-estrutura e melhorar serviços de saúde e educativos. Sem isso, será difícil atingir os Objetivos, em particular a redução da pobreza extrema. Portanto o compromisso assumido pelos países membros da ONU com os Objetivos do Milênio leva automaticamente a questionar as causas estruturais da permanência da extrema pobreza e fome. Por serem metas precisas, com calendário, os Objetivos servem, assim, para manter a força e a importância da agenda do desenvolvimento presente.

Seria um erro isolar os avanços realizados no G-8, organizado apenas 10 semanas antes da Cúpula, desse processo. Os acordos sobre o cancelamento da dívida(5) e a ajuda – de mais de US\$ 25 milhões por ano para a África – são bem mais significativos do que seria possível imaginar um ano atrás.

Outro exemplo refere-se ao oitavo Objetivo, que envolve compromissos firmes com a cooperação para o desenvolvimento, em primeiro lugar por parte dos países ricos. Um componente básico da luta contra a fome e a pobreza em nível internacional é a necessidade de aumentar os recursos disponíveis para financiamento ao desenvolvimento. A meta poderosa de 0,7% foi incluída no oitavo Objetivo do Milênio.

A idéia é que os países ricos destinem 0,7% do seu PIB para financiar a cooperação para o desenvolvimento – tecnicamente chamada de Assistência Oficial ao Desenvolvimento (AOD). A meta de 0,7% é antiga, surgiu pela primeira vez no âmbito de igrejas, preocupadas com a solidariedade internacional, e entrou no sistema ONU por intermédio da Unctad. Depois foi citada e recitada inúmeras vezes.

Durante muito tempo, somente cinco países menores da Europa do Norte cumpriram a meta. A sua inclusão nos Objetivos do Milênio e, por sua vez, a discussão sobre a urgência de cumpri-la mudou o quadro. Seis países de porte, como Alemanha, França e Espanha, estabeleceram um calendário rígido que deve levar a AOD para 0,5% até 2010 e 0,7% até 2015. Com os novos compromissos assumidos, estima-se que esses fluxos aumentarão cerca de 50 bilhões de dólares em 2010. A novidade não é o índice de 0,7%, mas que pela primeira vez um conjunto das economias mais ricas do mundo está de fato introduzindo essa meta nos seus planos plurianuais de orçamento. Nenhuma revolução talvez, mas algo difícil de imaginar alguns anos atrás.

Outra novidade é o avanço nas discussões internacionais sobre fontes inovadoras de recursos, complementares à Assistência Oficial ao Desenvolvimento. Trata-se da formulação de propostas que, de forma coordenada entre os países, mobilizem recursos para canalizá-los internacionalmente. Muito famosa ficou a taxa Tobin, que seria aplicada sobre as operações de câmbio. A discussão sobre a taxa Tobin já estava quase morta, somente reanimada na ocasião dos Fóruns Sociais Mundiais.

A visão hoje é um pouco diferente. Se na época o economista Prof. Tobin pensara prioritariamente em uma medida para domesticar o capital especulativo internacional, hoje a idéia da taxa volta à agenda oficial como instrumento para arrecadar, de forma estável e previsível, grandes quantidades de recursos para financiar o desenvolvimento nos países mais pobres do mundo. A taxa seria tão pequena que não deve(ria) causar impacto sobre o funcionamento do mercado.

Considerando, porém, o volume que circula diariamente pelo mundo, uma taxa mínima faz uma diferença enorme. Somente as transações de câmbio são de quase US\$ 1,2 trilhão por dia. Uma CPMF internacional poderia ser de menos de 0,01%.

Um conjunto de propostas – praticamente todas já conhecidas, porém marginalizadas – foi reapresentado no âmbito da chamada Ação contra a Fome e a Pobreza, lançada pelos presidentes do Brasil, França, Chile e Espanha em setembro do ano passado, em uma reunião especial da ONU, com a presença de mais de 50 chefes de Estado e Governo. Na época, o governo Bush, por intermédio de sua Ministra de Agricultura, declarou publicamente que qualquer tipo de taxa internacional seria “tecnicamente impossível e politicamente antidemocrático”. É claro que essas propostas logo se juntam à grande discussão sobre governança global. Se há taxa global, deveria haver autoridade global e, logo, representação popular. O escândalo em torno do programa petróleo por comida mostrou que a ONU, hoje, não estaria preparada para lidar com programas que envolvem esse volume de recursos. Para isso, suas estruturas deveriam não só ser fortalecidas, mas também dotadas de maior transparência, accountability e formas de controle social(6). Por enquanto, essas propostas usam a fórmula “aplicados nacionalmente e coordenados internacionalmente”.

A declaração final da Cúpula de 2005 menciona explicitamente a contribuição da Ação contra a Fome e a Pobreza. Em curto prazo, a contraposição dos EUA e, com cada vez menor intensidade, da Grã-Bretanha complica os avanços na taxa sobre fluxos financeiros. Para isso os países promotores da iniciativa – além dos quatro mencionados, hoje também a Alemanha e a Argélia – lançaram um projeto piloto, que propõe uma contribuição solidária sobre passagens aéreas internacionais cuja destinação seriam fundos internacionais de combate à fome e à pobreza. A França e o Chile devem começar a aplicar essa taxa no ano que vem. A Alemanha e, note-se bem, a Grã-Bretanha declararam apoio. No Brasil, o governo está estudando formas de viabilizá-la. O caráter piloto está em mostrar que a globalização não só exige, mas permite esses mecanismos inovadores de financiamento.

Paralelamente o governo britânico, em particular seu ministro de Finanças e provável futuro primeiro-ministro Gordon Brown, lançou a idéia de securitização dos fluxos de AOD. Esse mecanismo é conhecido como IFF, International Finance Facilities. Trata-se de securitização dos compromissos futuros com a cooperação para o desenvolvimento. O mecanismo possibilitaria colocar agora recursos disponíveis nos países receptores da cooperação internacional, por meio de títulos, lastreados aos compromissos futuros dos países participantes com AOD. Da mesma

forma que no caso da taxação de passagens aéreas internacionais, não existe obrigatoriedade de participação universal dos países para que a proposta seja colocada em prática.

A novidade no caso é que o debate sobre fontes inovadoras de financiamento do desenvolvimento deixou de ser tabu, sobretudo a partir de vários estudos que mostram que, mesmo alcançando a meta de AOD de 0,7%, ainda faltariam recursos para que o mundo pudesse implementar os Objetivos do Milênio, por mais modestos que possam parecer. Há estudos do economista Jeffrey Sachs e do Banco Mundial que mostram uma lacuna de cerca de 50 bilhões de dólares por ano.

A força da agenda para o desenvolvimento foi testada publicamente na véspera da Cúpula Mundial, quando o novo embaixador dos EUA, perante John Bolton, tentou retirar, sem êxito, todas as referências aos Objetivos do Milênio do texto final. Não só não conseguiu como também Bush, pela primeira vez, incluiu em seu discurso de abertura, surpreendentemente e sem restrições, que os EUA apóiam esses Objetivos. Não havia, até então, registro de apoio tão explícito e incondicional dos EUA a esse tema.

Uma das propostas que realmente não avançou muito foi o fortalecimento efetivo do Conselho Econômico e Social (ECOSOC). É ele que deveria assumir o papel de integrar, coordenar e revisar a implementação da agenda de desenvolvimento da ONU de forma permanente.

Um dos fatores que contribui para o fortalecimento dessa agenda para o desenvolvimento é o surgimento do que pode ser chamado de sociedade civil mundial. Essa pode ser entendida como uma rede de entidades da sociedade civil com uma enorme variedade, que se articula em nível internacional não para defender uma pauta nacional, ou uma pauta que em última análise estaria ligada a um interesse estritamente nacional, mas em torno de uma pauta que reflete um interesse comum. No fundo, o conceito da existência de um interesse comum dos povos é a base da Carta da ONU, mas, na visão do pensamento realpolitik, tratar-se-ia de um idealismo. Hoje, porém, não se baseia, ou pelo menos não somente, em valores abstratos e visões, mas em um conjunto de pautas muito concretas.

O sistema ONU enxergou na sociedade civil um aliado estratégico. De outro lado, por mais críticas que se possa ter, não há dúvida de que as conferências e cúpulas da ONU oferecem um palco fértil para as entidades da sociedade civil mostrarem suas bandeiras e considerações. Em torno do conceito de desenvolvimento humano, surgiu uma opinião pública mundial que reivindica a sua aplicação em escala mundial, com políticas públicas mundiais em torno dos temas paz, segurança, desenvolvimento e meio ambiente.

Em sua primeira declaração logo depois que assumiu a presidência da 60ª Seção da Assembleia Geral, Jan Eliasson, dirigindo-se a um evento de entidades não-governamentais reunidas em Nova York para acompanhar os trabalhos da Cúpula oficial, insistiu para que a sociedade civil “não subestime sua habilidade para mudar a forma como os líderes mundiais pensam e agem”... “Exemplo é que até pouco tempo atrás o alívio de 100% da dívida era visto por aqueles que têm poder de fazê-lo como uma boa idéia, mas impossível de implementar. Agora, os países altamente endividados, 18 no total, já se beneficiaram”.

Houve um rápido aumento da influência da sociedade civil dentro do sistema ONU – milhares de organizações da sociedade civil participam das principais conferências da ONU. Não apenas para influenciar, mas para definir agendas e moldar a opinião pública mundial. O envolvimento da sociedade civil tem assegurado a atenção da mídia e conquistou um espaço no monitoramento sério dos compromentimentos nacionais e globais. O espaço concedido pela ONU às organizações da sociedade civil é a expressão da complexidade cultural e social da comunidade global e do fato de ela tender a ser uma forte incentivadora do multilateralismo. É ela que pode ajudar a estabelecer vínculos entre os âmbitos locais e mundiais. Paralelamente, há as tentativas para fortalecer os vínculos da ONU com os parlamentos, as autoridades locais e o setor privado.

O próprio Kofi Annan instalou um Painel com pessoas eminentes para elaborar propostas que melhorassem a participação da sociedade civil no sistema ONU como insumo para a Cúpula Mundial de 2005. Uma das propostas deste Painel foi pesquisar a opinião pública e levantar preocupações sobre questões emergentes. Outra proposta: estabelecer grupos consultivos da sociedade civil como um projeto piloto para guiar a estratégia da ONU.

Além disso, junto com a sociedade civil mundial surgiu o conceito mais amplo de opinião pública mundial. O encontro com a sociedade civil não se dá apenas em torno de mecanismos institucionais e procedimentos de representação política, mas também em debates na esfera pública global.

Cabe enfatizar o acúmulo de contatos e a criação de redes, aproveitando as facilidades da Internet. Os Fóruns Sociais Mundiais ajudaram a elaborar pautas comuns. Particularmente em torno da agenda do desenvolvimento, foi lançada em janeiro 2005, no V Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, a Chamada Global para a Ação contra a Pobreza (Global Call to Action against Poverty – GCAP). Organizada em dezenas de países, houve grande mobilização em torno do G-8.

Apesar de ter ficado abaixo das expectativas e das necessidades, o resultado não deixa de ser uma vitória para a sociedade civil, de acordo com o sul-africano Kumi Naidoo, coordenador-geral

da GCAP, em particular com os avanços em relação ao aumento da ajuda oficial para o desenvolvimento e cancelamento da dívida. Sem a mobilização de anos, no mundo inteiro, esses assuntos provavelmente não teriam entrado com tanta força na agenda mundial. Na véspera da reunião do G-8, nada menos que 250 mil pessoas mobilizadas por sindicatos, grupos religiosos, movimentos sociais e as mais diversas autoridades locais marcaram presença em Edinburg, Escócia, a cidade mais próxima do remoto local da reunião do G-8. Milhões, usando o símbolo da GCAP (a faixa branca), assistiram aos concertos LIVE 8, organizado por Bob Geldof. Nem a explosão das bombas no metrô de Londres conseguiu mudar a pauta da reunião e a determinação de avançar no tema de combate à fome e à pobreza extrema, particularmente na África.

De outro lado, há muito a ser pensado e repensado. Existe um desequilíbrio entre a representação do Norte e do Sul, que reflete tanto as condições financeiras díspares quanto a relação direta entre o fortalecimento da sociedade civil em nível nacional e a promoção do envolvimento do cidadão com questões globais. No que diz respeito ao primeiro aspecto, foram levantadas propostas para estabelecer um fundo para desenvolver a capacidades da sociedade civil sulina de participar e assegurar que o engajamento nacional alimente os processos deliberativos globais. Mais no geral, ampliar a capacidade da sociedade civil em países em desenvolvimento para engajar-se em processos e parcerias da ONU.

A participação de representantes de países em desenvolvimento nas conferências mundiais já tem contado com o apoio generoso de uma série de fundos fiduciários criados especialmente para a participação nessas conferências, mas não conseguiu superar ainda o problema.

Existe também uma tensão política entre a participação da sociedade civil na governança global, de um lado, e a busca da preservação da soberania nacional, de outro. Vários governos associam a maior influência da sociedade civil com o solapamento da sua soberania e a ampliação dos desequilíbrios de poder entre Norte e Sul. Há ainda o risco de inchaço do sistema, freando os processos decisórios. Nesse plano, insere-se também toda a discussão sobre credenciamento das entidades perante a ONU.

Contudo, o secretariado da ONU está mais que convencido da importância da participação da sociedade civil nas campanhas de promoção dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e na supervisão dos progressos alcançados.

Passada a Cúpula Mundial em NY, as atenções já estão voltadas à Cúpula Ministerial da Organização Mundial de Comércio, prevista para dezembro deste ano. Seria a reunião decisiva da Rodada de Doha, aquela que teria o desenvolvimento no centro da sua atenção. Então os

mesmos governos que subscreveram a Declaração do Milênio e se comprometeram com os Objetivos do Milênio serão chamados a tomar decisões que ampliem as possibilidades dos países pobres de fortalecer sua própria capacidade de desenvolvimento e superação da pobreza extrema e da fome. Como se diria antigamente: a luta continua.

Notas:

1. A conferência de São Francisco criou, em 1945, a ONU.
2. Quando a ONU foi criada, dezenas de países ainda estavam sob domínio colonial. Com a Conferência de Bandung, os líderes do que depois viria a ser chamado de terceiro mundo reuniram-se pela primeira vez, na Indonésia, para discutir a sua agenda. Mais tarde, em 1964, na ocasião da primeira Conferência para o Comércio e o Desenvolvimento da ONU (Unctad), criou-se o G-77, o grupo dos países em desenvolvimento.
3. Os Oito Objetivos são: erradicar a extrema pobreza e a fome; atingir o ensino básico universal; promover a igualdade de gênero e a autonomia das mulheres; reduzir a mortalidade infantil; melhorar a saúde materna; combater o HIV/Aids, a malária e outras doenças; garantir a sustentabilidade ambiental; e estabelecer uma Parceria Mundial para o Desenvolvimento. Os oito Objetivos são especificados em 18 metas, com 48 indicadores no total.
4. Assim, a Cúpula Mundial 2005 representou em parte a continuidade de Monterrey, tanto que foi dada ao Presidente do México, Fox, a honra de abrir a primeira sessão, cujo tema foi financiamento para o desenvolvimento.
5. A importância da decisão do G-8 é que não se limita ao cancelamento de 100% da dívida multilateral dos 18 países mais pobres, mas também inclui compensar as instituições financiadoras para que, com isso, mantenham sua capacidade financeira.
6. O programa Petróleo por comida, iniciado em 1996 pelo Conselho de Segurança, teve duração sete anos e envolveu no total 100 bilhões de dólares. Seu objetivo era aliviar o sofrimento do povo iraquiano com as sanções econômicas aprovadas pelo Conselho de Segurança contra o Iraque depois da primeira Guerra do Golfo. De um lado, o programa foi um sucesso, porque providenciou padrão mínimo de nutrição e saúde para a população civil. De outro lado, a conclusão da comissão de inquérito, coordenada pelo ex-presidente do Banco Central dos EUA Paul Volcker, não deixou dúvida sobre a existência em larga escala de desperdício, ineficiência e corrupção. Na realidade, o comitê gestor do programa era formado por diplomatas nacionais. Não havia um comando por parte do Conselho de Segurança e muito menos pelo Secretariado.

Giorgio

Romano

Schutte

Doutor em Sociologia e mestre em Relações Internacionais. É docente (licenciado) do curso

de relações internacionais
do Unicentro Belas Artes.

Cenários

O Profissional de Relações Internacionais no meio acadêmico

1. Introdução

No presente estudo, pretende-se analisar a inserção do profissional de relações internacionais no meio acadêmico. Uma análise desse campo de atuação não é facilmente encontrável nos estudos da área. Além disso, a novidade da profissão faz que o internacionalista sinta falta de um exemplo a seguir e muitas vezes desconheça seu mercado de trabalho. Por isso, neste trabalho busca-se suprir uma lacuna existente nos escritos de relações internacionais e incentivar os novos analistas internacionais a seguirem uma carreira acadêmica.

Para o cumprimento dessas expectativas iniciais, em primeiro lugar, cumpre destacar quem seria(é) o profissional de relações internacionais. A análise dessa profissão não é novidade, apesar de ainda persistirem algumas dúvidas, principalmente entre os estudantes da área. Em seguida, passaremos a analisar os setores em que tal profissional desenvolve suas atividades, para por fim discorrer sobre o setor acadêmico e passar a algumas conclusões. No ponto sobre a academia é que centraremos a maior parte de nossa atenção, tendo em vista o relativo desconhecimento das oportunidades oferecidas, qualificações exigidas e necessidades do meio acadêmico em geral.

Desse modo, reuniremos algumas informações de forma não exaustiva, mas provocadora e iniciadora de um processo de reflexão a respeito dos modos que o profissional de relações internacionais pode interagir com o meio acadêmico, um setor muitas vezes esquecido e pouco valorizado por muitos que buscam o exercício de uma profissão.

2. Quem é o profissional de relações internacionais

Cumpre destacar, primeiramente, conforme nos lembra Paulo Roberto de Almeida, que o profissional de relações internacionais não é apenas o “graduado em relações internacionais, uma vez que são ainda relativamente poucos os egressos dos poucos cursos existentes nesse nível no Brasil, muito embora a oferta tenha crescido exponencialmente nos últimos anos, em especial no setor universitário privado e em faculdades isoladas”(1). Desse modo, devemos levar em conta que os pós-graduados na área também podem ser incluídos nessa categoria. Assim,

especialistas, mestres e doutores em relações internacionais também podem ser denominados internacionalistas, de acordo com a linguagem corrente.

Outro ponto relevante é que a categoria profissional carece de regulamentação, pois não há uma identificação formal do profissional, diferentemente do que acontece com os advogados, que têm a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) ou os médicos, que devem se inscrever nos Conselhos Regionais de Medicina (CRM). Questiona-se, inclusive, se tal regulamentação seria desejável. Por um lado, ela asseguraria um campo de atuação para o profissional. De outro, limitaria o escopo de suas atividades. Encontramos em Almeida uma postura a respeito do tema: “Considero particularmente desnecessária e mesmo indesejada tal regulação profissional, uma vez que seria uma maneira de manter a adequada flexibilidade do mercado laboral e propiciar uma demanda adaptada a um maior espectro de capacidades intelectuais e acadêmicas”(2).

Portanto, podem ser profissionais de relações internacionais, entre outros, advogados, cientistas políticos, diplomatas, economistas. Apesar disso, as denominações mais comumente usadas para designar esse profissional são “analista internacional”, ou “internacionalista” ou ainda “analista de relações internacionais”. Assim, quando utilizarmos quaisquer dessas expressões, estaremos sempre nos referindo ao profissional de relações internacionais, seja ele bacharel na área ou não.

3. Setores de atividades

Segundo alguns estudiosos, como o próprio Paulo Roberto de Almeida, o profissional de relações internacionais pode atuar em três diferentes áreas. Em primeiro lugar, temos a sua atuação no governo, ou setor público, em órgãos como os responsáveis pela diplomacia, caso do Ministério das Relações Exteriores, outros ministérios, agências públicas, governos estaduais e municipais. Uma segunda área de atuação do internacionalista é a academia, a qual será objeto do presente estudo. Por último, o analista internacional pode atuar no setor privado, onde as chances de emprego crescem a cada dia. Nesse último caso, o desafio para as instituições de ensino que formam esses profissionais é saber conciliar o conhecimento teórico com as informações técnicas de que os futuros profissionais irão precisar. As possibilidades, neste setor, parecem ser quase infinitas.

4. A academia

Na academia, contudo, as possibilidades parecem ser cada vez mais limitadas. Em primeiro lugar, isso se deve ao fato de que as vagas não se renovam com muita frequência. O docente em relações internacionais tem uma carreira profissional relativamente longa, pois pode nela

permanecer por um período longo, e sua valorização acaba aumentando com o decorrer do tempo, ao contrário do que ocorre com muitas profissões hoje em dia. A idade, no caso da academia, é tida como sinônimo de experiência e conhecimento, sendo um fator de valorização do professor ou pesquisador. Apesar de a aposentadoria ser compulsória aos setenta anos nas instituições públicas de ensino, esse profissional pode encontrar fácil acolhida no setor privado.

Além disso, há uma certa limitação das possibilidades, pois há uma dependência das qualificações ou vocação dos egressos dos cursos de RI para a pesquisa e ensino. Quando não temos a vocação e/ou qualificações como empecilho, a desvalorização da carreira acadêmica, especialmente no Brasil, aparece como principal obstáculo. Para muitos, ainda hoje, infelizmente, dar aulas não é sinônimo de trabalho, mas apenas um passatempo. Quantos professores nunca ouviram a frase: “Professor, o senhor também trabalha ou só dá aulas?”. Desse modo, a dedicação exclusiva ao meio acadêmico é tida como indesejável para muitos, especialmente para corpo estudantil e para certas instituições privadas de ensino, em que a prática tende a ser mais valorizada que a teoria.

Por outro lado, temos a expansão do número de cursos de relações internacionais no Brasil e conseqüentemente da docência, mas esse processo talvez sofra uma estagnação no médio prazo. Os centros de pesquisa são outra oportunidade na academia, porém sem perspectivas de multiplicação sustentada.

5. O bacharel em relações internacionais na academia

Dentro do quadro de profissionais de relações internacionais, cumpre destacar o bacharel em relações internacionais como portador de diversas características que podem lhe proporcionar um acesso mais facilitado ao setor acadêmico, pois ele possui grande aceitação nos cursos de graduação em relações internacionais. Nesses cursos, há, em primeiro lugar, uma grande identificação do aluno com o professor. Isso se dá tanto em relação ao mercado de trabalho, no tocante ao contato com um profissional da área e no caso de aliar-se a teoria à prática, visto que eles estão diante de um bacharel em relações internacionais – objetivo que tais estudantes almejam alcançar no curso.

Além disso, a necessidade de dar-se um perfil próprio ao curso faz que tais profissionais sejam amplamente requisitados. Como se tem ressaltado em inúmeros estudos, o curso de relações internacionais não é apenas um aglomerado de várias disciplinas como direito, história, política e economia. Não há apenas uma interdisciplinaridade ou multidisciplinaridade, há que haver uma transdisciplinaridade, que é (deve ser) proporcionada com facilidade ao bacharel em relações internacionais, uma vez que ele já teve contato com todas (ou a maior parte d)as

disciplinas do curso e pode ter uma visão mais panorâmica do curso, estabelecendo as relações entre as diversas disciplinas e fornecendo uma visão voltada justamente para as relações internacionais, que é mais do que o emaranhado de disciplinas.

Por último, cumpre ressaltar as exigências do Ministério da Educação, que premiam a presença de bacharéis em relações internacionais nos cursos de graduação da área. Como destaca o Professor Shiguenoli Miyamoto(3), as instituições de ensino superior interessadas em criar curso de relações internacionais devem preencher padrões mínimos de qualidade, entre eles a contratação de coordenador e professores com formação específica na área de relações internacionais. O Professor Shiguenoli até nos lembra de uma portaria que questiona se um curso de economia poderia ter seu quadro de professores formado sobretudo de advogados, sociólogos e historiadores. Do mesmo modo devemos pensar no curso de relações internacionais, que necessita de alguém que dê um perfil próprio ao curso, como ressaltado no parágrafo anterior e em atendimento às exigências do Ministério da Educação. Além disso, a existência de disciplinas específicas dos cursos de relações internacionais (como Introdução às Relações Internacionais, Teoria das Relações Internacionais, etc.), faz que analistas internacionais sejam requeridos para ministrá-las.

A qualificação docente também é relevante para o Ministério da Educação, e por isso exige-se um certo número de professores com doutorado, especialmente na área de relações internacionais. Em geral, os professores-doutores são de outras áreas, pois há apenas dois doutorados em relações internacionais no Brasil, como veremos adiante, o que pode prejudicar a qualidade dos cursos de graduação que formarão os futuros internacionalistas. Desse modo, a ausência de doutores é suprida pela existência de bacharéis em relações internacionais, especialistas ou mestres.

Os cursos de graduação de outras áreas, mas com disciplinas de relações internacionais são outras oportunidades para os internacionalistas. Entre eles podemos sublinhar os cursos de Secretariado Executivo, Comércio Exterior e Direito.

6. Oportunidades: cursos de graduação em relações internacionais

Onde estariam, então, as oportunidades para os internacionalistas em cursos de graduação em relações internacionais? No Brasil, de acordo com pesquisa do Professor Clóvis Brigagão(4), tais cursos estariam concentrados nas regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste. A região Sudeste concentra mais da metade dos cursos de graduação (30), ficando com 56% do total de cursos disponíveis no país. As regiões Sul e Centro-Oeste seguem empatadas em segundo lugar, com 10 cursos cada uma, representando 19%. A região Nordeste, com apenas 3 cursos, é responsável

por 6% do total. A região Norte infelizmente não possui nenhum curso de graduação em relações internacionais. Os cursos de pós-graduação, por outro lado, estariam distribuídos diferentemente pelas diferentes regiões do país. A região Sudeste concentra 52% da pós-graduação na área. O Centro-Oeste 28%, a região Sul apenas 16% e o Nordeste 4%. Levando em conta esses dados, as maiores oportunidades para o profissional de relações internacionais estariam fora da região Centro-Oeste, com as regiões Sudeste e Sul necessitando de mais profissionais qualificados, uma vez que essas áreas possuem um número relativo de cursos de graduação menor que de pós. No Nordeste tal fenômeno também é observado, mas como existem apenas três cursos de graduação naquele espaço geográfico, as necessidades tendem a ser menores. A região Centro-Oeste, por sua vez, especialmente o Distrito Federal, tem uma necessidade relativamente menor de profissionais qualificados, pois possui o maior número de cursos de pós-graduação, e aparece como a área de maior competitividade no setor acadêmico.

7. Histórico dos cursos de graduação em relações internacionais

A liderança da região Centro-Oeste pode ser explicada por razões históricas, entre outras. Em 1974 foi criado o primeiro curso de graduação em relações internacionais no Brasil, na Universidade de Brasília, que manteve a hegemonia na área até 1986, quando a Universidade Estácio de Sá, no Rio de Janeiro, cria também seu curso. Esses dois fatos talvez expliquem a liderança das regiões Centro-Oeste e Sudeste na área de relações internacionais. Contudo, a explosão do número de cursos de graduação só ocorreu a partir de 1995, quando a PUC-SP investe nessa direção, sendo a pioneira na capital paulista, a qual concentra o maior número de oportunidades empregatícias no meio acadêmico.

8. A pós-graduação em relações internacionais

A pós-graduação na área de relações internacionais é bastante difícil de ser avaliada. Se por um lado existem vários cursos que se autodenominam “em relações internacionais”, inúmeros outros podem ser relacionados com a área, como no caso de “negociações internacionais, política internacional, diplomacia, etc.” Os cursos de pós-graduação lato sensu, como é o caso das especializações, trazem exemplos como “Diplomacia Econômica” na Unicamp, “Negociações Econômicas Internacionais” na Unesp, “MBA em estratégia de negociações internacionais” na Universidade Cândido Mendes e “MBA em negócios internacionais” na FAE em Curitiba.

Já a pós-graduação stricto sensu alcançou um grande desenvolvimento com o apoio do governo federal, por meio do programa San Tiago Dantas de incentivo à pesquisa e pós-graduação em relações internacionais, lançado pela CAPES. Esse programa previa a distribuição de cinco

bolsas de auxílio a cursos de pós-graduação em relações internacionais no Brasil. Dos cinco candidatos inscritos, apenas quatro foram selecionados para receber os recursos do referido programa: Universidade de Brasília, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Universidade Federal Fluminense e o consórcio de três grandes universidades paulistas – PUC-SP, Unesp e Unicamp. Dos quatro selecionados, apenas a UnB já possuía uma pós-graduação em andamento. As demais universidades lançaram seus cursos com o auxílio dos recursos recebidos. O quinto candidato, que infelizmente não foi selecionado, apesar da disponibilidade de uma quinta bolsa, foi um consórcio da UFPE com a PUC-Rio, a qual possui dois dos cursos de pós-graduação *stricto sensu* mais conceituados do Brasil.

Apesar de ter premiado apenas quatro candidatos dos cinco que se esperava, o Programa San Tiago Dantas representou uma verdadeira revolução da área de relações internacionais no Brasil. Essa iniciativa do governo federal possibilitou a criação de três novos programas de pós-graduação em relações internacionais, todos com cursos de Mestrado, em cinco reconhecidas universidades brasileiras, em regiões que careciam de profissionais mais especializados na área acadêmica.

Além disso, auxiliou no aprimoramento do programa de pós-graduação da UnB, a Universidade com maior prestígio e pioneira na área. Assim, os cursos de Mestrado em Relações Internacionais reconhecidos pelo Ministério da Educação que podemos citar são os das seguintes Universidades: UnB, PUC-Rio, Unesp/Unicamp/PUC-SP, UFRGS e UFF. Além desses cinco cursos, cumpre destacar o Mestrado em Integração Latino-Americana da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) no Rio Grande do Sul, que tem contribuído para o desenvolvimento da área. Doutorados seriam apenas dois, o da Universidade de Brasília e o da PUC-Rio, ambos muito bem conceituados entre os profissionais da área.

9. Centros de pesquisa

Uma outra área que traz oportunidades de emprego para o profissional de relações internacionais no campo acadêmico são os centros de pesquisa. Entre eles, podemos ressaltar aqui o IBRI (DF), IUPERJ (RJ), CEBRAP (SP), CEDEC (SP), CPDOC (RJ), IPRI (MRE/DF), NUPRI (SP), GACINT (SP), IRI (SC), CAENI (SP), CEBRI (RJ), entre outros. Tais centros de pesquisa acolhem pesquisadores da área de relações internacionais, e um detalhamento de sua atuação não será aqui explorado, apesar de bem-vindo. A abstenção de maiores comentários deve-se ao parco conhecimento do trabalho desses importantes atores do meio acadêmico.

10. Conclusões e tendências

O que se tem visto, no tocante às oportunidades de emprego para o profissional de relações internacionais no meio acadêmico, consiste num mercado de trabalho mais concorrido na região Sudeste do que na região Sul, mas que recompensa melhor financeiramente os profissionais e oferece melhores oportunidades para aperfeiçoamento.

Na região Sul, o que ocorre é uma necessidade cada vez maior de docentes qualificados, especialmente no Estado do Paraná, que tem o maior número de cursos de graduação no âmbito regional. O mercado no Centro-Oeste, por sua vez, principalmente em Brasília, parece estar ficando menos dinâmico, por ser mais antigo e com o maior número relativo de cursos de pós-graduação, o que também pode ser o caso do Rio de Janeiro.

A tendência, portanto, é que se exija cada vez mais do profissional de relações internacionais no meio acadêmico. Em primeiro lugar, requer-se um aperfeiçoamento maior dos docentes nessa área do saber. Além disso, há uma necessidade crescente de instalação de um maior número de cursos de pós-graduação *stricto sensu* (Mestrado e Doutorado) para que o profissional possa atender às demandas de sua própria formação intelectual e da academia.

Notas:

1. ALMEIDA, Paulo Roberto. Os primeiros anos do século XXI: o Brasil e as Relações Internacionais Contemporâneas. São Paulo: Paz e Terra, 2002. p. 244.
2. Idem. p. 245.
3. MIYAMOTO, Shiguenoli. O ensino das relações internacionais no Brasil: problemas e perspectivas. Site: www.unicamp.br (2005).
4. BRIGAGÃO, Clóvis (coord). Diretório de Relações Internacionais no Brasil. Site: www.candidomendes.edu.br/ceas

Referências

bibliográficas

ALMEIDA, Paulo Roberto. Os primeiros anos do século XXI: o Brasil e as Relações Internacionais Contemporâneas. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

BRIGAGÃO, Clóvis (coord). Diretório de Relações Internacionais do Brasil. Site: www.candidomendes.edu.br/ceas (2005)

MIYAMOTO, Shiguenoli. O ensino das relações internacionais no Brasil: problemas e perspectivas. Site: www.unicamp.br (2005)

Demetrius

Cesário

Pereira

Mestre em Relações Internacionais e docente no curso de relações internacionais do Unicentro Belas Artes.

Conjuntura (inter) nacional

***O impasse alemão e as grandes coalizões**

Por **José Carlos de Sousa Junior

Uma semana após a votação na Alemanha, o país ainda encontra-se indeciso quanto à quem irá ocupar o posto de Primeiro-Ministro, que representa de fato o poder político no sistema parlamentarista alemão, que ainda tem o presidente com poderes simbólicos. A disputa está entre Gerhard Schoreder, do Partido Social Democrata (SPD), e Angela Merkel, União Democrata-Cristã (CDU).

No complexo sistema eleitoral alemão, no qual o eleitorado elege primeiro os parlamentares e, a partir deles, através de coalizões, é eleito o chanceler federal, Merkel e Schoreder travam uma batalha, no qual ambos clamam sua vitória nas urnas. Porém, o cargo de Primeiro-Ministro ainda não está decidido. O resultado da votação deu estreita vitória à Merkel, com 35,2% dos votos, contra 34,2% de Schroeder. No parlamento porém, as movimentações políticas mostram que nada está ainda decidido quanto ao futuro Primeiro-Ministro alemão.

Uma coalizão entre os do SPD e do CDU, os dois principais partidos protagonistas desse impasse político, não é descartada por nenhuma das partes. Merkel ainda se propõe a realizar essa união política a fim de promover estabilidade no governo alemão. No entanto, o atual Primeiro-Ministro, Schroeder, se opõe à tal coalizão.

Essa sua postura já vem trazendo inimigos dentro de seu próprio partido. A idéia de uma Grande Coalizão com outros partidos, de ideologias convergentes, também é cogitada a fim de garantir maioria no parlamento para realizar as reformas necessárias na Alemanha. Porém, coloca em dúvida o futuro governo, tido como incerto e confuso no cenário internacional.

A maioria dos empresários e comentaristas econômicos considera o resultado da eleição prejudicial para uma economia tão carente de reformas, com uma taxa de desemprego por volta dos 11% da população.

*. Texto extraído do Jornal de RI/Belas Artes (ainda sem título) e cujo autor é um de seus editores, sendo de periodicidade semanal, razão pela qual há um certo descompasso temporal quanto à atualidade dos fatos.

Referências bibliográficas: Deutsche Welle: <http://www.dw-world.de>****. Acadêmico do 1º semestre de relações Internacionais / Belas Artes**

Eventos

SEMANA DIPLOMÁTICA

A Política Externa Brasileira Contemporânea foi o tema que norteou a IV edição da Semana Diplomática, transcorrida de 3 a 7 de outubro do corrente ano, promovida pelo curso de relações internacionais do Unicentro Belas Artes.

Como de costume, contamos com a presença de ilustres palestrantes do meio empresarial, acadêmico e diplomático, os quais abrilhantaram nosso evento acadêmico-cultural deste ano, o qual também fora organizado pela diretoria da Febasp Jr – RI, com destaque para a participação, o empenho e a desenvoltura de sua diretora-presidente, Juliana Ribeiro, bem como dos respectivos diretores de marketing e administrativo-financeiro, Daniela Martins e Evandro Almeida.

Tivemos ainda a grata satisfação de mais uma vez podermos contar com a participação direta de alguns de nossos docentes, ora como palestrantes, ora como mediadores dos debates, os quais foram alvo da atenção de nossos acadêmicos e dos convidados externos pertencentes à comunidade de internacionalistas também convidada a interagir conosco.

Confira a seguir a programação completa.

Período				noturno:				20h00
03/10	-	A	Política	Externa	Brasileira	Contemporânea.		
Palestrante:		Prof.	Dr.	Rafael	Villa	-	USP.	
04/10	-	A	candidatura	brasileira	para o conselho	de Segurança	da ONU.	
Palestrante:		Daniel	França	-	Programa	San	Tiago Dantas.	
05/10	-		Negociações		comerciais		brasileiras.	
Palestrantes:		Sr. Ricardo Mendes	-	Diretor da Prospectiva	-	consultoria em RI.	Sr. Leandro Rocha	
		-	advogado do Escritório	Pinheiro Neto.	E o Sr. Diego Bonomo	-	Divisão de Negociações	
			comerciais				OMC/FIESP.	
06/10	-		Acordos		Empresariais		Regionais.	
Palestrantes:		Sr. Fábio Rua	-	AMCHAM.	Profa. Dra. Ana Maria Stuart	-	docente da PUC/SP e	
Diretora			de	RI		do	PT.	
07/10	-		Acordos	de	cooperação	internacional	brasileiros.	
Palestrantes:		Sr. Julio Seabra	-	Diretor de RI/Senac.	Gabriela Cano	-	Gerente de RI da PMSA.	
							E o	
		Sr. João Marcelo Borges	-	Diretor da Acesso	Consultoria em	Cooperação	Internacional.	
Período				matutino:				08h00
05/10	-		Arte,		Cultura		e	Diplomacia.

Palestrante: Sra. Franzisca Potel – Adida cultural alemã.
06/10 – A candidatura brasileira para o Conselho de segurança da ONU.
Palestrante: Profa. Dra. Cristina Pecequilo – Unibero/Faap.

• **SEMINÁRIO RELAÇÕES INTERNACIONAIS NO BRASIL.**
Promovido pela PUC – Minas, e que transcorreu de 29/9 a 1.º/10, na cidade de Belo Horizonte / Minas Gerais.

Na ocasião, nosso curso esteve representado pelo Prof. Msc. Feliciano de Sá Guimarães, o qual teve a oportunidade de acompanhar as palestras de ilustres representantes da área de relações internacionais, no Brasil, advindos de instituições como UnB, PUC – Minas, PUC/SP, PUC – Rio, USP, Unicamp, Unesp, UCAM, dentre outras instituições governamentais e órgãos de pesquisa.

Como uma das decisões mais relevantes, fruto do referido seminário, constou a criação da Sociedade Brasileira de Relações Internacionais.

• **SEMINÁRIO INTERNACIONAL**
REGGEN 2005
Promovido pela Cátedra e Rede UNESCO / Universidade das Nações Unidas sobre Economia Global e Desenvolvimento Sustentável, de 8 a 13 de outubro do corrente ano, na cidade do Rio de Janeiro.

Renomados representantes do cenário nacional e internacional, a exemplo de Benjamim Coriat (França), Celso Amorim, Theotonio dos Santos e Emir Sader (Brasil), Giovanni Arrighi e Immanuel Wallerstein (EUA) e tantos outros que estiveram debruçados sobre o tema: Alternativas à Globalização: potências emergentes e os novos caminhos da modernidade.

Dicas de leitura

Livro:

CINEMA BRASILEIRO – das origens à retomada.
Autor: *Sidney Ferreira Leite

Editora: Fundação Perseu Abramo. São Paulo, 2005, 160 pp.

A indústria cinematográfica é um fenômeno historicamente novo. De fato, tem pouco mais de cem anos. ‘Cinema brasileiro – das origens à Retomada’ discute esta história desde a primeira fase das atividades cinematográficas no país até o ‘cinema da Retomada’, nos anos 1990 – passando pela relação do Estado com o cinema nacional, a ‘era dos estúdios’, o Cinema Novo e o período da Ditadura Militar. É uma história rica em dramas, comédias e aventuras, como os

filmes que o nosso cinema produziu. Entender o lugar desta produção na cultura brasileira e quais são os obstáculos para a consolidação de uma indústria cinematográfica nacional é a contribuição que este livro busca oferecer.

*O Prof. Dr. Sidney Leite é historiador e docente no curso de relações internacionais do Unicentro Belas Artes.

Dissertação de Mestrado:
União Européia – a política externa e de segurança comum em um mundo unipolar. Unicamp
/ Programa Santiago Dantas, 2005, 150 pp.
Autor: *Demetrius Cesário Pereira. Orientador: Prof. Dr. Sebastião Velasco e Cruz.

*. O Prof. Me. Demetrius Pereira é advogado e internacionalista; é também docente no curso de relações internacionais do Unicentro Belas Artes.

RESUMO

Nesta dissertação pretende-se analisar a influência do sistema internacional após a Guerra Fria no regionalismo europeu por meio do estudo da Política Externa e de Segurança Comum (PESC) da União Européia (UE). No trabalho, procurou-se apresentar as teorias sistêmicas de integração regional, concentrando-se na perspectiva neo-realista para a análise da PESC. A partir daí, contextualiza-se o cenário mundial e regional, para então inserir o estudo da PESC na análise. Estudou-se também as discussões que levaram à criação da PESC pelo Tratado de Maastricht, com a análise das posturas dos três principais países envolvidos na negociação, Alemanha, França e Reino Unido, para depois examinar suas características e evoluções. Assim, o trabalho relaciona os avanços e retrocessos da PESC com as previsões feitas pelos teóricos realistas, avaliando a validade de seus argumentos e tecendo cenários futuros com o auxílio da teoria, especialmente em relação à independência de uma política externa européia em relação aos EUA e à OTAN.

Palavras-chave: Europa – Organizações internacionais, Relações Internacionais, Segurança Internacional.

ABSTRACT

This paper is an analysis of the post-Cold War international system in the European regionalism through the study of the Common Foreign and Security Policy (CFSP) of the European Union (UE). The regional integration systemic theories are presented, concentrating in the neorealist perspective to the analysis of CFSP. From this starting point, the global and regional scenarios are

Na Idade Média, “o nome da rosa” era uma expressão utilizada para indicar o poder da palavra, a qual fora muito bem explorada por Humberto Eco no moderno romance – transformado em filme – e cujos títulos tomaram por empréstimo a referida expressão.

Ao que nos toca, neste momento, parafraseamos àquela expressão medieval para, também através da palavra, mas com objetivo distinto, poder gritar, _ Que viva a Rosa! Mas afinal qual o nome dessa Rosa? **FINE ARTS**, of course! Esta jovem senhora, esta instituição octogenária, há exatos oitenta anos, atuante e atuando em prol do ensino, da cultura e da educação; da arte, da técnica e até de business e negotiation, enfim, da profissionalização com qualidade.

Seu nome de batismo evoluiu de Escola de Belas Artes para Faculdade de Belas Artes de São Paulo, e atualmente, Centro Universitário Belas Artes de São Paulo, localizado no tradicional bairro paulistano de Vila Mariana, na rua Dr. Álvaro Alvim.

Nosso Unicentro Belas Artes é mantido pela Febasp – Associação Civil e sob a reitoria do Dr. Paulo Antônio Gomes Cardim; a direção financeira da Profa. Maria Lúcia de Oliveira Gomes Cardim;

A arte de fazer uma tradição é o mote da, quero dizer do, ou ainda melhor, do Unicentro Belas Artes, pois assim soa mais agradável aos nossos ouvidos e ao nome da rosa.

Consta de seu cardápio educacional diversos cursos de extensão, pós-graduação e graduação. Dentre estes últimos, visualizamos os pioneiros e tradicionais cursos de Arquitetura e Urbanismo, Design do Produto (antigo desenho industrial), bacharelado em Arte, Escultura e Gravura e ainda, Licenciatura em Artes Visuais. Em épocas mais recentes, o design contribuiu com novos cursos a exemplo de Design de Embalagens, de Interiores e Design de Moda.

Também já fincou suas raízes o curso de Comunicação Social, voltado para Publicidade & Propaganda, aliás fincou e frutificou ao agregar os caçulas da, perdão, do Unicentro Belas Artes que são Relações Públicas e Rádio e TV, assim como sedimentado também está o curso especial de Formação de Professores.

Centro universitário é sinônimo de idéias plurais e atividades distintas (não confundir com dissonantes). Daí sua diversificação de cursos, ao agregar alguns da área de business como Administração de Empresas, Turismo, além do jovem e prestigioso Relações Internacionais, estando este último mais afinado à negociação estratégica do que aos negócios, ou à gestão dos mesmos.

Podemos mesmo dizer que a arte da negociação já se faz presente no Unicentro Belas Artes, a negociação estratégica ou o estrategista internacional encontra sólida formação em nosso Unicentro, o qual prima por revestir de qualidade e por construir tradição também para os cursos implantados após os pioneiros supra mencionados.

Seus cursos de Relações Internacionais e de Design de Moda eram os dois caçulas, mas perderam tal status com o ingresso dos cursos de Rádio e TV e de Relações Públicas. No caso de RI ainda acontece de alguns de nossos acadêmicos serem surpreendidos com a seguinte felicitação: _ Belas Artes, parabéns, você faz arquitetura ou design? _ Faço relações internacionais, responde o aluno. Aliás, os internacionalistas são também confundidos com os acadêmicos de comércio exterior e aqui a fronteira é muito próxima ou quase inexistente, melhor ainda, é alargada para contemplar ainda as relações políticas e culturais.

Confusões à parte, somos grato pela acolhida e apoio institucional que temos recebido desde a implantação do nosso curso (RI) aos dias atuais. Apoio este que só tem nos fortalecido e contribuído para nosso crescimento quantitativo e qualitativo, afirmado, e.g., pelo número e natureza dos ingressantes a cada semestre seletivo.

E no balanço de lucros e perdas, os primeiros superam estas últimas. Então voltemos a comemorar, pois a Comunidade Febasiana está em festa, feliz e unida no sopro das 80 velas a denunciar a idade desta prestigiosa e edificante Instituição de Ensino Superior (IES).

Nenhuma instituição se move sozinha, mas é movida por pessoas, as quais moldam sua cultura institucional (e por ela se vêem emolduradas), traçam seu perfil e elaboram suas especificidades. Sobre tais aspectos, a garra da Comunidade Febasiana, sua força de vontade e os irmanados esforços fazem a diferença, ultrapassam obstáculos e renovam os ânimos para o permanente recomeço, ao encarar o final de uma batalha como o limiar de uma nova luta, mas desistir de lutar, jamais.

São 80 anos de luta e de glórias alcançadas; de vitórias e também de prováveis derrotas, mas de derrotismo nunca jamais. São oito décadas de idealismo e realizações, mas sem espaço para o pessimismo ou desânimo. É quase um século de trabalho árduo, seguro e consciente dedicado à informação, ao conhecimento e à formação de várias gerações.

Neste momento, é preciso lembrar de que ao longo desses 80 anos acumulamos a perda de diversos ente queridos; impossível nomear a todos aqui, tarefa que deixamos a cargo da memória de cada um..., mas registramos, com respeito e saudade, a ausência de nossos sócios-fundadores e mais recentemente do chanceler e prof. Vicente Di Grado, além de diversos ente

queridos do seio familiar de vários membros da Comunidade Febasiana. Ah, não podemos esquecer também a perda do Maurício, o “universitário” mais versátil que já existiu, pois pertencia a todos os cursos... Só não perdemos, é preciso reconhecer, a fé, a esperança, a dignidade e a capacidade de sonhar e de lutar por dias melhores e por um futuro que nos sirva de ancoradouro.

Do nosso atual convívio, na Comunidade Febasiana, seria tarefa inglória nomear a todas as pessoas, sob pena de cometermos alguma injustiça denunciada pelo esquecimento de alguns e olha que a lista é longa, mas resolvemos a questão nomeando apenas uma delas para representar as demais, a qual se afirma numa verdadeira lenda viva, representada pela pessoa do Sr. Urbano e seus 45 anos de atividade ininterrupta à nossa IES.

E movidos por tamanha dedicação, convidamos a todo e qualquer integrante da Comunidade Febasiana, para que jamais se deixe acomodar, pois nada é tão bom que não possa ser melhorado; para que traga, portanto, suas sugestões de melhorias.

E reforçamos o convite a todos, sem exceção, para que em uníssono, e num coro de quase 4.600 vozes gritemos: **FELIZ ANIVERSÁRIO, BELAS ARTES!!! Parabéns pelos seus 80 anos de existência!!! E por tudo que nos tem oferecido, o mínimo que podemos dizer é muito, mas muito obrigado mesmo, porque...é primavera, trazemos essa rosa para te dar.**

Expediente

Editor e revisão técnica:
Raimundo F. de Vasconcelos
Supervisão Geral
Luisa Moura
Revisão de texto
João de Oliveira

Conselho editorial

Raimundo F. de Vasconcelos
Luisa Moura
Fernando Emanuel de Oliveira Mourão
Verônica Sales Pereira
Paulo Tempestini
Sidney Ferreira Leite
Evaristo Giovannetti Netto
Nilson Araujo de Souza
Pedro Augusto M. Figueiroa

Convidados

Fernando Augusto A. Mourão
Henrique Altemani de Oliveira
Maria Aparecida Alcântara
Dermi Azevedo
Giorgio Romano Schutte

Equipe técnica:

Design Gráfico
Adriano Frachetta

Web designers

Fabiano Reis
Fabio Espíndola
Raquel Ribeiro